

*Um novo olhar sobre
o território Zona Sul*



Expediente

Créditos

Coordenação da revista: Rita Surita

Textos: Susanne Buchweitz, Rita Surita, Carla M. Rech, Ellemar Wojahn. Colaboração: Daniele S. Peter

Fotografia: Elias Wojahn

Projeto gráfico e diagramação: Rocheli Wachholz

Equipe técnica e colaboradores do CAPA: Ernesto Martinez, Fábio Mayer, Islair Radtke, Miquelem Alves, Neuza Maria Neuenfeldt, Patrícia Iepsen, Pedro Guterres, Roni Bonow, Rita Miriam Surita, Carla Rech, Ellemar Wojahn, Daniele Peter, Felipe Menezes, Rocheli Wachholz, Elias Wojahn, Clever Neuenfeldt, Daniel Soares, Patricia Lovatto, Thalita Silveira, Norberto Andersson e Marimônio Weingartner.

Coordenação do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS (Gestão 2012)

Cinelande Borges Caminha - Cecov - Representante dos pescadores artesanais

Daniel Aquini - Embrapa Clima Temperado - Representante das Organizações Governamentais

Demaicon Peter - Unaic - representante dos agricultores familiares

Lourenço Silva de Souza - MST - Representante dos assentados de reforma agrária

Nilo Dias - Associação Quilombola do Algodão - Representante das comunidades quilombolas

Rita Surita - CAPA/Núcleo Pelotas - Representante das organizações não-governamentais

Entrevistados

Nilton Pinho de Bem - assessor especial do gabinete do ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário

João Carlos Costa Gomes - chefe adjunto de Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Clima Temperado (Embrapa)

Nilo Schiavon - agricultor familiar agroecológico/Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (Arpa-SUL)

Rita Surita - coordenadora do CAPA/Núcleo Pelotas e membro da coordenação do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS

Ivaír de Souza - assentado de reforma agrária - liderança do MST e Coopersul/Piratini

Cinelande Borges Caminha - pescadora artesanal - Cecov/São José do Norte e membro da coordenação do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS

Jerri Eliano Quevedo - quilombola, liderança do Quilombo Monjolo/São Lourenço do Sul - representante das comunidades quilombolas no Território da Cidadania

Nilo Dias - Associação Quilombola do Algodão e membro da coordenação do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS

Udo Tessmer - agricultor familiar, presidente da Coopar

Helga Heck - representante da Setorial das Mulheres no Território da Cidadania

N945 Um novo olhar sobre o território Zona Sul / coordenação, Rita Surita. – [Pelotas] : Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, [2013]. 42 p. ; Il.

1. Desenvolvimento rural. 2. Agricultura familiar. 3. Cooperativismo. 4. Inclusão. 5. Comunidades quilombolas. I. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. II. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). III. Surita, Rita.

CDU 631:338(816.5)

Catálogo elaborado por:
Evelin Stahlhoefer Cotta – CRB 10/1563

Apresentação

Há pelo menos três décadas, vem se debatendo e buscando desmistificar a classificação brasileira de rural e urbano, buscando valorizar o rural e a redescoberta do território como ponto crucial para um projeto de desenvolvimento humano baseado na extensão de todos os direitos ao conjunto dos cidadãos.

Esta visão expressa o que vem ocorrendo em termos de organização social e econômica nos territórios rurais brasileiros, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Além das conquistas em termos de direitos, de benefícios e de investimentos, os resultados incluem uma outra forma de ver as “fronteiras”, que não são delimitadas de forma estanque.

A partir deste novo olhar, a presente publicação traz a (re)descoberta do Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, como uma identidade em construção, sob a ótica das pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento territorial.

Rita Surita, dezembro de 2012



Construindo uma identidade territorial rural: a experiência do sul do Brasil¹

Localizado no extremo sul do Brasil, o Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul limita-se a leste pelo Oceano Atlântico e ao sul faz fronteira com o Uruguai. Até pouco tempo, a região era caracterizada hegemonicamente pelo polo urbano formado pelas cidades de Pelotas e Rio Grande. Nem as autoridades e nem a população reconheciam a região como uma área rural.

O território possui uma população de 864. 343 habitantes – em torno de 8% da população do Rio Grande do Sul e 13% da área do estado – e abrange 25 municípios: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

¹ Texto apresentado no Encuentro 2012 Territorios Rurales en Movimiento promovido pelo Rimisp - Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, realizado de 5 a 7 de junho de 2012 em Quito, República do Equador.

Para elaboração do presente texto foram extraídas informações constantes no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul (PTDRS). CAPA: Pelotas, 2009

Até pouco tempo, a região era caracterizada hegemonicamente pelo polo urbano formado por Pelotas e Rio Grande. Nem as autoridades, nem a população reconheciam esta região como uma área rural



Formação histórica da população do território

Considerada uma das primeiras regiões de colonização do Rio Grande do Sul, foi marcada historicamente por um modelo de desenvolvimento excludente, baseado em latifúndios, mão de obra escrava negra e monocultura do arroz e gado.

Consolidado o domínio da região pela Coroa Portuguesa no século XVIII, os militares passam a receber a concessão de sesmarias – glebas de terras com aproximadamente 13 mil hectares –. Efetivou-se o domínio com a implantação das estâncias, expandindo-se a pecuária com a captura de gado selvagem, oriundo da dispersão dos rebanhos das missões jesuíticas.

Em 1780, instalou-se na região a primeira charqueada com trabalhadores escravos e um ritmo industrial contrastante ao das estâncias. A dinâmica da economia regional passou a ser ditada por um sistema mercantil-industrial, com capacidade de gerar acumulação capitalista.



A riqueza e opulência de Pelotas, alcançadas durante o ciclo do charque, foram geradas através do trabalho escravo. Cada charqueada tinha em média 80 pessoas escravos. Em 1835, já funcionavam em Pelotas 35 charqueadas. Um levantamento populacional em 1833 apontou a existência de 5.169 escravos, 3.555 homens livres e 1.136 libertos. Durante grande parte do século XIX, a maioria da população de Pelotas era negra.

Na época da safra do charque, novembro a abril, a jornada de trabalho era de 16 horas. Os escravos, submetidos a um ritmo exaustivo de trabalho, eram tratados com rigor e violência, o que aumentava as fugas. O arroio Pelotas foi a principal rota de fuga dos escravos, rumo à Serra do Tapes, região pouco povoada e com matas abundantes. Os fugitivos foram se reagrupando, formando pequenos quilombos onde hoje é a área rural de Pelotas e Canguçu. O 7º Distrito de Pelotas denomina-se Quilombo, em referência à presença de negros aquilombados em sua área.

No período de maio a outubro, os charqueadores usavam a mão de obra escrava nas olarias, na fabricação de telhas e tijolos, resultando na construção dos casarões que atualmente formam o centro urbano histórico de Pelotas.



O processo de ocupação das terras, que trouxe a diversidade étnica com suas diferentes culturas, tradições, conhecimentos e habilidades, junto com a diversidade de paisagens, também determinou a atual estrutura fundiária do Território, que não foge aos padrões brasileiros: muitos têm pouca terra e poucos detêm muita terra.

Com a promulgação da Lei de Terras em 1850, cessaram as doações de terras no Brasil. O Governo Imperial passou a vendê-las para iniciativas de colonização. Instalou-se na região uma bem sucedida iniciativa de colonização privada: Jacob Rheingantz fundou a Colônia de São Lourenço em 1858, trazendo imigrantes alemães que, em glebas de 24 hectares por família, dedicaram-se à produção diversificada de alimentos, como milho, feijão, batata, suínos e galinhas.

A disponibilidade de terras desocupadas na área de serra e matas e a proximidade com dois mercados urbanos (Pelotas e Rio Grande) favoreceram a expansão da Colônia de São Lourenço, que em 1879 já contava com 860 famílias, cerca de 6 mil pessoas. Diversos municípios, entre os quais São Lourenço do Sul, Morro Redondo, Turuçu e Arroio do Padre, e localidades (Santa Silvana, Cerrito Alegre, Recanto dos Coswig e Triunfo, em Pelotas, e Herval, Iguatemi e Nova Gonçalves, em Canguçu) ainda conservam a cultura germânica e têm na agricultura familiar um destaque.

Outros grupos étnicos, como italianos e franceses, também deixaram suas marcas. Nas terras altas de Pelotas, na Serra do Tapes, por iniciativa da Câmara Municipal, foi fundada em 1882 a Colônia Municipal para abastecer a população da cidade, contrapondo-se à escravatura, buscando ocupar regiões infiltradas por negros aquilombados. Os franceses se dedicaram a diversas culturas, mas se destacaram no cultivo da uva e do pêssego – este último resultou em dezenas de pequenas fábricas de compota, precursoras das indústrias de conservas. Pelotas deve muito de sua tradição doceira aos colonizadores franceses e seus descendentes.

O processo de ocupação das terras, que trouxe uma diversidade étnica com diferentes culturas, tradições, conhecimentos e habilidades, junto com a diversidade de paisagens, também determinou a atual estrutura fundiária do território, que não foge aos padrões brasileiros: muitos têm pouca terra e poucos detêm muita terra.

Fruto do processo histórico de concentração de renda, exploração da mão de obra e invisibilização das categorias sociais do campo, o território acabou acumulando um dos piores Índices de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese/Fundação de Economia e Estatística) do Estado do Rio Grande do Sul.

Neste cenário, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) iniciou, na década de 80, o seu trabalho, buscando junto aos/as agricultores/as familiares a construção de uma identidade territorial, reconhecendo e valorizando o rural como espaço de vida digna, inclusão produtiva, realização econômica e reprodução social.

O CAPA é uma organização da sociedade civil, presente nos três estados do sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – e atuando através de cinco núcleos. Com base nos prin-

cípios da agroecologia e da cooperação, através da formação e capacitação do público atendido, a organização desenvolve experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Através da sustentabilidade ambiental, agroecologia, diversificação produtiva, valorização da cultura e do saber do/a agricultor/a, formou-se um tecido associativo capaz de dar visibilidade aos processos de exclusão social e à construção de uma nova percepção sobre a realidade do território.

Neste cenário o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, iniciou o seu trabalho na década de 80, buscando junto aos(as) agricultores(as) familiares a construção de uma identidade territorial, reconhecendo e valorizando o rural como espaço de vida digna, inclusão produtiva, realização econômica e reprodução social.



Um novo olhar sobre o Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul

Conforme pode ser observado na Tabela 1, formada pelos dados oficiais compilados pelo IBGE (2010), dos municípios do território Pelotas apresenta a maior população (328.275), enquanto que Pedras Altas, a menor (2.212).

Tabela 1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os municípios que compõem o Território Zona Sul do Estado/RS

Municípios	População residente										
	Total	Situação do domicílio e sexo							Área (km²)	Densidade (Hab./km²)	
		Urbana			Rural			Participação (%)			
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Urbana			Rural
Aceguá	4 394	1 059	525	534	3 335	1 778	1 557	24%	76%	1.549,5	2,84
Amaral Ferrador	6 353	1 866	888	978	4 487	2 393	2 094	29%	71%	506,5	12,54
Arroio do Padre	2 730	454	228	226	2 276	1 186	1 090	17%	83%	124,3	21,96
Arroio Grande	18 470	16 085	7 837	8 248	2 385	1 337	1 048	87%	13%	2.158,50	8,56
Candiota	8 771	2 598	1 299	1 299	6 173	3 182	2 991	30%	70%	933,8	9,39
Canguçu	53 259	19 694	9 209	10 485	33 565	17 647	15 918	37%	63%	3.525,1	15,11
Capão do Leão	24 298	22 382	10 945	11 437	1 916	1 017	899	92%	8%	785,4	30,94
Cerrito	6 402	3 747	1 804	1 943	2 655	1 409	1 246	59%	41%	451,9	14,17
Chuí	5 917	5 697	2 792	2 905	220	129	91	96%	4%	203,2	29,12
Cristal	7 280	4 077	1 993	2 084	3 203	1 693	1 510	56%	44%	681,6	10,68
Herval	6 753	4 519	2 194	2 325	2 234	1 289	945	67%	33%	1.758,4	3,84
Hulha Negra	6 043	2 909	1 446	1 463	3 134	1 678	1 456	48%	52%	822,9	7,34
Jaguarão	27 931	26 105	12 562	13 543	1 826	1 026	800	93%	7%	2.054,4	13,60
Morro Redondo	6 227	2 648	1 257	1 391	3 579	1 878	1 701	43%	57%	244,6	25,46
Pedras Altas	2 212	768	357	411	1 444	804	640	35%	65%	1.376,7	1,61
Pedra Osório	7 811	7 301	3 538	3 763	510	288	222	93%	7%	603,9	12,93
Pelotas	328 275	306 193	142 848	163 345	22 082	11 350	10 732	93%	7%	1.608,8	204,05
Pinheiro Machado	12 780	9 784	4 655	5 129	2 996	1 726	1 270	77%	23%	2.227,9	5,74
Piratini	19 841	11 570	5 569	6 001	8 271	4 539	3 732	58%	42%	3.561,5	5,57
Rio Grande	197 228	189 429	90 514	98 915	7 799	4 469	3 330	96%	4%	2.813,9	70,09
Santa Vitória do Palmar	30 990	26 890	13 134	13 756	4 100	2 335	1 765	87%	13%	5.244,2	5,91
Santana da Boa Vista	8 242	3 723	1 776	1 947	4 519	2 393	2 126	45%	55%	1.420,6	5,80
São José do Norte	25 503	17 383	8 693	8 690	8 120	4 310	3 810	68%	32%	1.117,9	22,81
São Lourenço do Sul	43 111	24 237	11 645	12 592	18 874	9 978	8 896	56%	44%	2.036,1	21,17
Turuçu	3 522	1 487	739	748	2 035	1 039	996	42%	58%	254,9	13,82
Total	864 343	712 605	338 447	374 158	151 738	80 873	70 865	82%	18%	38.066,5	22,71

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Adaptação Carla Rech, 2012

A densidade demográfica é de 23 hab/km², enquanto a do estado gaúcho é de 37,5 hab/km² (IBGE -2010). A maior densidade demográfica verifica-se em Pelotas (205 hab/km²) e a menor em Pedras Altas (1,61 hab/km²).

Pelos dados do IBGE (2010), a população rural do território corresponde a apenas 18% do total da população, somando 151.738 pessoas. Apenas três municípios concentram quase 50% do total: Canguçu (33.565), São Lourenço do Sul (18.874) e Pelotas (22.082). Incluindo-se mais três municípios (Piratini, Rio Grande e São José do Norte), este valor chega a 70% da população rural total.

No entanto, a realidade é outra. O que ocorre é que a definição dos limites entre áreas rurais e urbanas é uma atribuição dos municípios. Assim, o Poder Legislativo de cada um dos 5.560 municípios existentes no Brasil pode definir a extensão de suas áreas urbanas e rurais com relativa autonomia.

Para Veiga (2002)², esta classificação e os problemas de leitura da área geográfica brasileira que dela decorre são derivados da definição de “cidade”, criada em 1938 pelo Estado Novo, através do Decreto-Lei 311, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais.

Conforme coloca o autor, da noite para o dia, povoados ou simples vilarejos viraram cidades por esta norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais. O Brasil considera urbanos os habitantes de qualquer sede municipal, mesmo que tais localidades pertençam a ecossistemas dos menos artificializados.

O mais bizarro, contudo, é que a vigente delimitação de caráter inframunicipal dos territórios urbanos só é adotada por um pequeno punhado de países, como El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana.

A definição vigente de cidade é a mesma de 1938, quando o Estado Novo, por meio do Decreto-Lei 311, “transformou” em cidades todas as sedes municipais existentes. Da noite para o dia, povoados ou simples vilarejos viraram cidades pela norma, que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais.

² VEIGA, José Eli. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Segundo Veiga (2002), a distorção chega a tal ponto que mesmo populações indígenas ou guardas-florestais de áreas de preservação são consideradas urbanas caso suas ocas ou palhoças estejam no interior do perímetro de alguma sede municipal ou distrital. São inúmeros os casos de municípios com população irrisória e ínfima densidade demográfica, mas com altíssima “taxa de urbanização”, como, por exemplo, o município gaúcho de Minas do Leão, que tem menos de 12 mil habitantes e menos de 35 por km², mas “taxa de urbanização” superior a 90%.

Outra contribuição significativa das análises de Veiga (2002) é que o rural não pode ser identificado exclusivamente com aquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios brasileiros, muito menos com as atividades exclusivamente agropecuárias. Corroborando estas afirmações, Favareto e Abramovay (2009)³ afirmam que a maneira de definir o rural brasileiro precisa ser atualizada:

“No Brasil, se define rural como aquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios. Tal fato limita a definição como residual, na qual o rural é o que sobra do urbano, e intramunicipal, quando agricultores moram nas sedes dos pequenos municípios e fazem deslocamentos diários para o trabalho nos sítios e vice-versa”.

Favareto e Abramovay (2009) reiteram a hipótese de Veiga (2002), de que se usarmos critérios mais amplamente aceitos na comunidade internacional, a população rural brasileira seria de 30% aproximadamente e não estaria em declínio, como aponta o IBGE, mas estável.

Tais visões transformam a forma de ver e pensar o rural brasileiro, implicando em novas considerações sobre o território e as pessoas que nele vivem, influenciando novos projetos de desenvolvimento.

Considerando a proposta de Veiga (2002) de combinar os critérios de tamanho, densidade da população e de sua localização e que considera rurais os municípios com até 50 mil habitantes e densidade demográfica até 80 hab/km², o Território Zona Sul do Rio Grande do Sul passa a contar com 22 municípios rurais. A estes ainda podemos acrescentar Canguçu, que, apesar de ter mais de 50 mil habitantes, a exemplo dos demais, tem sua economia dependente da agropecuária.

³ FAVARETO, A. y ABRAMOVAY, R. “O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990”. Documento de Trabajo N° 32. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile, 2009



Este novo olhar, com foco nas características rurais dos municípios, faz emergir uma população rural encoberta pelos dados oficiais, especialmente o público da agricultura familiar⁴, formada pelos agricultores familiares⁵, assentados de reforma agrária, pescadores artesanais e comunidades quilombolas.

Este enfoque faz emergir na região uma ruralidade que difere dos dados apresentados pelos órgãos oficiais, de que 82% da população é urbana. Com esta nova leitura, municípios gaúchos que têm grande parte da população morando na cidade, como Arroio Grande e Santa Vitória do Palmar, ambos com 87%, deveriam ser considerados rurais, uma vez que sua economia depende majoritariamente do desempenho da agropecuária. Além disso, sua população mantém traços culturais característicos das zonas rurais.

Ao criar o programa Territórios da Cidadania, o Governo Federal despertou para esta concepção diferenciada, adotada inicialmente pela SDT/MDA quando implantou em 2003 a estratégia de desenvolvimento dos territórios rurais. Lançado em 2008, o programa Territórios da Cidadania reconheceu, valorizou e aportou recursos financeiros especiais para regiões brasileiras predominantemente rurais, como o Território Zona Sul do Rio Grande do Sul.

Desconsiderando os municípios de Pelotas e Rio de Grande, que concentram 60% da população total dos 25 municípios abrangidos, a densidade demográfica cai para apenas 13,24 hab/km², indicando que grande parte da área do território é pouco habitada. Predo-

⁴ A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os/as agricultores/as familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. O conjunto do que atualmente se caracteriza como agricultura de base familiar, segundo Ministério do Desenvolvimento Agrário, é: agricultores familiares, assentados de reforma agrária, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e povos indígenas.

⁵ Segundo a Lei nº 11.326/2006, considera-se agricultor/a familiar e empreendedor/a familiar rural aquele/a que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

minam a lavoura empresarial de arroz e a pecuária extensiva, mas também se encontra ali um grande número de pessoas vivendo em assentamentos da reforma agrária, em pequenas propriedades rurais de agricultores familiares, em comunidades quilombolas e em colônias de pescadores artesanais – mesmo nos municípios de Pelotas e Rio Grande.

Analisando a estrutura fundiária do território, podemos perceber que, de um total de 41.799 estabelecimentos, 36.661 possuem áreas de até 50 hectares, representando 78% do total de estabelecimentos, mas ocupando apenas 17,80% da área total.

É neste espectro que se concentra a agricultura familiar, absorvendo enorme contingente da mão de obra existente no meio rural e dedicando-se a atividades diversificadas. As propriedades acima de 100 hectares usualmente dedicam-se ao cultivo de arroz e pecuária de corte, representando o sistema de produção da lavoura empresarial. A cultura da soja vem ganhando espaço novamente na região, com as cultivares transgênicas.

O sistema pastoril convencional vem perdendo força progressivamente na região, que virou porta de entrada para os projetos de reflorestamento, principalmente das empresas de celulose.

Em torno de 25% dos estabelecimentos, totalizando 10.819, têm menos de 10 hectares. Este grupo pode ser caracterizado como minifúndios que, na maioria, são insuficientes para garantir a subsistência do grupo familiar, obrigado a complementar sua renda através de relações de parceria ou trabalhos sazonais, como colheitas. A cultura do tabaco, que ocupa em torno de dois hectares por família, se constitui em parte alternativa econômica para estes estabelecimentos.

O município de Canguçu caracteriza-se pela presença de grande número de minifúndios: possui ao todo 11 mil estabelecimentos rurais, dos quais 3.027 têm menos de 10 hectares. São José do Norte, com 1.740, e Pelotas com 1.152 estabelecimentos com menos de 10 hectares, também se destacam pela presença expressiva de minifúndios.

As características dos solos ocupados pelos minifúndios, pouco profundos e de baixa fertilidade natural, tornam ainda mais problemática a enorme pressão de uso sobre os mesmos. Vale lembrar que muitas áreas estão sendo cultivadas sem descanso há mais de 100 anos, muitas vezes com manejo inadequado, apresentando completo esgotamento e degradação ambiental.

Lideranças da agricultura familiar apontam este fator como algo preocupante em termos de futuro. Avaliam a necessidade de programas subsidiados para a recuperação do solo, para a viabilidade destas unidades familiares de produção.

No entanto, certo número de propriedades com menos de 10 hectares apresentam alta produção e rendimentos econômicos. Caso típico daquelas que se dedicam à produção de hortigranjeiros, como nas localidades de Passo do Pilão (Pelotas) e Ilha dos Marinheiros, Ilha do Leonildo e Quitéria (Rio Grande). Nos municípios de Pelotas, Morro Redondo e Canguçu, muitas propriedades têm na cultura do pêssego sua principal atividade, ocupando em média dois hectares por família.

A pluriatividade, entendida como estratégia de sobrevivência, onde componentes do grupo familiar buscam complementar sua renda fora da sua propriedade, com atividades agrícolas ou não agrícolas, é característica da região. De longa data, uma parcela mais pobre do meio rural do Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul sobrevive vendendo sua força de trabalho em certos períodos e para atividades específicas. Quilombolas do interior de Pelotas e na divisa com Canguçu – Rincão dos Maias – trabalham na colheita de pêssego e nas indústrias de conservas da região. Outros trabalham para os produtores de tabaco, principalmente na colheita.

Na área rural de praticamente todos os municípios existem verdadeiros bolsões de pobreza, cujas famílias sobrevivem do trabalho para terceiros. Moram em frações reduzidas de terra, em áreas desprezadas pelos agricultores, ou mesmo nas faixas de domínio das estradas vicinais, como é o caso de Pelotas (Cerrito Alegre, Alto do Caixão, Algodão). Seus antepassados trabalharam em granjas de arroz até por volta dos anos 60, principalmente no corte manual, antes da mecanização completa da colheita. Centenas de famílias de Canguçu, São Lourenço do Sul e Piratini deslocavam-se por até três meses para as granjas de Santa Vitória do Palmar, vivendo precariamente em bolantas, habitações improvisadas sobre rodas.

O Fórum da Agricultura Familiar e a construção da identidade territorial rural

Em 1994, a partir do interesse das entidades da região que vivenciam a realidade da agricultura familiar, criou-se o Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul, que se reúne mensalmente para discutir e propor ações para implementação de um modelo de desenvolvimento regional sustentável. As reuniões acontecem há 18 anos na Estação Experimental Cascata - Embrapa, que se constitui num centro de referência na experimentação para agricultura familiar e agroecologia.

Este fórum constituiu-se como espaço de debate e proposição de ações, formado por diversas entidades e organizações da sociedade civil representativas da agricultura familiar, comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, pesca artesanal e movimentos sociais. Ainda, representantes e dos poderes públicos municipal, estadual e federal integram o fórum.

Com um dos piores Índices de Desenvolvimento Sócio econômico (Idese) do estado, com 35 mil famílias de agricultores familiares, 4 mil famílias assentadas de reforma agrária, mais de 40 comunidades quilombolas e 8 mil famílias de pescadores artesanais, em 2003 a região foi priorizada⁶ pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) para receber apoio financeiro na perspectiva da promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Na época, o fórum se constitui como a instância de debate e definição das políticas da SDT e assim conseguiu

⁶ Critérios de seleção utilizados pela SDT/MDA:

Critérios Universais: Concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; Territórios com ações prioritárias do Governo Federal e/ou Estadual; Concentração de capital social; Concentração de baixos indicadores de desenvolvimento; Territórios de interesse dos movimentos sociais (concentração da demanda social e priorização das ações).

Critérios propostos para a Seleção Territorial: Divisões territoriais já pré existentes; IDESE - Índice de Desenvolvimento Sócio econômico - FEE (Fundação Estadual de Economia e Estatística); Dinâmicas voltadas para o Desenvolvimento Territorial já pré existentes.

expandir as ações, concretizando projetos das organizações da agricultura familiar, tornando-as mais eficientes no seu processo, revertendo em autonomia e sustentabilidade.

Já em 2005, o fórum passou a atuar como Colegiado de Desenvolvimento Territorial, com Núcleo Dirigente e Núcleo Técnico constituído. Para oficializar a forma de gestão social do colegiado, construiu-se, de forma participativa, um regimento interno, definindo caráter, composição, atribuições, competências, entre outros aspectos, referentes a sua dinâmica de funcionamento e expressando a sua efetividade e legitimidade.

O acúmulo de debate e proposição do fórum permitiu o início do processo de implementação da estratégia de desenvolvimento territorial em junho de 2004 e a continuidade, com qualidade, até o lançamento do programa Territórios da Cidadania, em fevereiro de 2008. Em uma região marcada por desigualdades sociais, exclusão e empobrecimento, o Fórum da Agricultura Familiar é um importante espaço de inclusão, cidadania e protagonismo. A dimensão étnica e cultural, expressa no fórum, contribuiu para construção de uma identidade territorial rural, diminuição da pobreza e melhoria da qualidade de vida.

Organizações/Entidades que participam da construção territorial

Acap	Associação dos Produtores de Morango	Colônia de pescadores Z-24	Coomelpe	Embrapa
ADCPR	Associação Estreito	Colônia de pescadores Z-25	Coonapzs	Federarroz
AGPP	Associação Ilha Marinheiros	Comirin Arroio grande	Coonaterra	Fepagro-Sul
ALM/UFpel	Associação Novo Amanhecer	Comude	Coopal	Fetag
Amlepa	Associação Novos Caminhos	Comunidade Quilombola Boqueirão/Canguçu	Coopanorte	Fetraf
APAR	Associação Parobé	Comunidade Quilombola Campos Quevedo	Coopap	Fórum Reg. de Desenv., Manejo das Águas e Combate à Estiagem
Apesmi	Associação Pescadores do Porto	Comunidade Quilombola Candiota	Coopar	Furg
Apeva	Ass. Pescadores de Santa Vitória do Palmar	Comunidade Quilombola Cerro das Velhas	Coopava	Grupo de Agricultores Passo do Lourenço
Apisul	Ass. Regional dos Pequenos Agricultores	Comunidade Quilombola Coxilha Negra	Coopepac Rio Grande	Grupo de Agricultores Cerro da Boneca
APPEPEJA	Associação Roma do Taquaral	Comunidade Quilombola da Armada	Cooperal	Grupo Tesoureiro
APRIJ	Associação São Caetano	Comunidade Quilombola da Mutuca	Cooperativa Arpasul	Intecoop/Furg
Assaf	Associação São Geraldo	Comunidade Quilombola da Picada	Cooperativa Inclusiva	Mapa
Assessores Parlamentares	Associação Sepé Tiarajú	Comunidade Quilombola do Algodão	Cooperativa Lagoa Viva	MPA
Associação Arpasul	Associação Sulriograndense de Cebola	Comunidade Quilombola do Alto do Caixão	Cooperativa Santa Izabel	MST
Associação Assis Brasil	Associação Unidos Cresceremos	Comunidade Quilombola Estância da Figueira	Cooperativa Sul Ecológica	Nudese/Furg
Associação Barranco	Associação Vitória Certa	Comunidade Quilombola Iguatemi	Cooperativa Sul Leite	PGDR/UFRGS
Associação Barroão	Atla	Comunidade Quilombola Maçambique	Cooperativa Teia Ecológica	PPGSPAF/UFPEl
Associação Bojurú	Azonal	Comunidade Quilombola Manoel do Rego	Cooperativa Terra Nova	Prefeituras Municipais
Associação Brilho do Sol	Bionatur	Comunidade Quilombola Monjolo	Cooperativa União	Quiosqui Z3
Associação Butiá	CADMPAF	Comunidade Quilombola Rincão da Faxina	CooperHerval	Rede Sementesul
Associação Caipira	Cafsul	Comunidade Quilombola Rincão das Almas	Coopermil	SDR/RS
Associação Capão do Meio	Câmaras de Vereadores	Comunidade Quilombola Rincão do Couro	Coopersul	SDT/MDA
Associação Capivara	CAMGL	Comunidade Quilombola São Manoel	Cooperturuçú	Seapa/RS
Associação Conquista	CAPA	Comunidade Quilombola Serrinha	Coopesca	Sebrae
Ass. Conquista da Liberdade	CAPEC	Comunidade Quilombola Tio Dô	Coopesi	Setorial das Mulheres
Ass. Conquista do Jaguarão	Casa Civil/RS	Comunidade Quilombola Torrão	Coopisco	Sicredi
Ass. Criadores de Gado Jersey	Casa da Pimenta	Comunidade Quilombola Vila Nova	Coptec	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Ass. de Agr. e Pesca São Caetano	CAVG	Comunidade Quilombola Vila Progresso	Coptil	Sítio Talismã
Ass. de Cooperação Sepé Tiarajú	Cecov	Comunidade Quilombola Vó Elvira	Corede Sul	Unaic
Ass. de Moradores, agr. e pesc. Raízes da Terra	Cefet RS	Comunidade Quilombola Vó Ernestina	Cosulati	Vereadores municipais
Ass. de Produtores do Passo do Salso	Centro Coronilha de Agroecologia	Conaq	CPT	Via Campesina
Ass. de Produtores Rurais de Butiá	Ceppa	Consema	Crehnor	
Ass. de Produtores Rurais São Geraldo	Cetap	Coofan	Cresol	
Associação Divisa	CIEM	Coomelca	Emater	

“Um espaço privilegiado de articulação”

De acordo com o assessor especial do gabinete do ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Nilton Pinho de Bem, a política proposta e articulada no programa Territórios da Cidadania atende a premissa de que desenvolvimento humano como expansão de capacidades só pode ocorrer se sustentada pelo mais amplo processo de participação e controle social que as sociedades locais puderem constituir.

Desta forma, antes de mais nada, procurou-se identificar localmente e trazer à participação todas as organizações dos sujeitos sociais atuantes na construção de uma proposta de desenvolvimento. “Uma vez que esta meta foi sendo atingida, se pode construir um projeto de futuro, que se consolidou no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável”, disse de Bem.

Nesta ideia de articular forças locais, o programa Territórios da Cidadania encontrou na zona sul do Rio Grande do Sul um terreno já preparado e fértil. “As organizações e entidades locais tinham um acúmulo de trabalho de muitos anos, a partir da criação do Fórum da Agricultura Familiar, em 1994”, apontou o chefe adjunto de Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Clima Temperado (Embrapa), com sede em Pelotas, João Carlos Costa Gomes. “Criamos o fórum, pois sentíamos necessidade de articular as atividades das diversas organizações ali existente, algumas mais empoderadas, como a Embrapa e a Emater, outras com um histórico de atuação na região e com muita capilaridade, como o CAPA.”

Com a chegada da proposta de apoio aos territórios rurais pela SDT/MDA em 2004, o fórum assumiu a elaboração e gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Como já vinha fazendo historicamente, ainda que de forma menos abrangente, estruturou as ações previstas por meio da mobilização de diversas organizações governamentais e da sociedade civil, com a finalidade de fortalecer a execução das políticas de desenvolvimento.

Fórum e os projetos implantados

Durante oito anos de debate e construção de projetos territoriais de investimento, apoiados com recursos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 42 organizações de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária e quilombolas se beneficiaram com a implantação de 79 projetos, em parceria com 14 prefeituras municipais do território e Embrapa Clima Temperado.

Definidos de forma democrática e participativa, R\$ 5.751.382,12 foram destinados pelo MDA ao território para: aquisição de caminhões para transporte do leite; apoio a feiras livres e transporte da produção das organizações dos agricultores, assentados e pescadores; camionetes, veículos utilitários para apoio à assistência técnica e extensão rural, à comercialização e à organização social; equipamentos de escritório e informática; equipamentos para comercialização e para implementação de um posto de resfriamento de leite; aquisição de estruturas para pontos de feira; construção de prédios destinados à comercialização, de silos e de secadores; aquisição de uma máquina de pré-limpeza e demais implementos para beneficiamento do arroz orgânico; construção de centros comunitários de dupla finalidade, com espaço para formação, cultura e armazenagem para três comunidades quilombolas; aquisição de kits de irrigação; construção de estufa para produção de sementes agroecológicas; e aquisição de máquinas e implementos para beneficiamento de cebola.

Integrado às ações da SDT/MDA foram implementados programas públicos com grande significado para o desenvolvimento territorial, entre os quais, destacamos: o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR); Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos); Programa Arca das Letras; Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – Grupo I; ampliação do Programa Bolsa Família para o meio rural; o reconhecimento público das comunidades quilombolas pela Fundação Cultural Palmares; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e, mais recentemente, o Programa Fomento às Atividades Produtivas.

Estes investimentos têm contribuído para melhoria das condições de trabalho e de inclusão econômica de mais de 10 mil famílias de agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária e quilombolas.

A diversidade da agricultura familiar

Em contraposição ao processo histórico excludente e de invisibilidade, constituiu-se no Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul uma agricultura familiar complexa e diversificada, que durante muito tempo esteve subordinada aos atravessadores e à margem das decisões políticas, em decorrência da falta de autopercepção da sua importância econômica, política, social e cultural.

A presença expressiva da agricultura familiar é fruto da forma de ocupação do solo e os objetivos estratégicos da Coroa Portuguesa. Famílias açorianas numa primeira fase, e posteriormente imigrantes alemães, italianos, franceses, entre outros, receberam pequenas frações de terras para ocupar a região e variar a produção, principalmente com gêneros alimentícios.

Em torno de 38 mil famílias dedicam-se a uma produção diversificada, com destaque para a produção de leite, fumo, feijão, pêssego, hortigranjeiros, milho, batatinha, cebola.





Toda essa riqueza que constitui a diversidade produtiva regional, com especial significado para a segurança alimentar, se encontra permanentemente ameaçada por projetos de desenvolvimento que não levam em consideração a sustentabilidade das populações locais e o ambiente. Fazem parte deste quadro o avanço de monocultivos florestais, a fumicultura e a implantação do pólo naval.

“Com a agroecologia, a qualidade do solo e dos produtos enriqueceu”

Uma das prioridades identificadas pelo território como elemento fundamental para um desenvolvimento sustentável é a produção de alimentos limpos, através da agroecologia. A proposta não é nova na zona sul do Rio Grande do Sul: há mais de 35 anos o CAPA trabalha nesta perspectiva. Atualmente, apoia cerca de 300 famílias que produzem de forma orgânica e estão ligadas a duas importantes organizações, a Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul (ARPA-SUL) e à Cooperativa Sul Ecológica.

O agricultor Nilo Schiavon, casado com Márcia e pai de Robson, Luana e Rômulo, conta que já trabalhou de forma convencional: “Trabalhei com químicos na produção de pêssegos até os 25 anos, quando casei e nasceram meus filhos”, lembrou. “Não pude acompanhar o nascimento das crianças, pois estava hospitalizado, envenenado pelos agrotóxicos que colocava nos pêssegos.” Depois do susto, veio o estalo: “Nilo, tu tá fazendo coisa errada, essas crianças que estão vindo vão te pedir um pêssego e tu vai dizer que não pode dar porque eles estão envenenados.”

Assim, em 1995, através das igrejas católica e luterana, surgiu a oportunidade de trabalhar com agroecologia. “A transição foi difícil, pois começamos do zero, uma vez que o solo era muito pobre. Em cinco anos, conseguimos mudar o quadro, o solo enriqueceu, assim como a produção e a qualidade dos produtos. Depois disso, as coisas evoluíram muito rapidamente. Hoje, estamos bem.”

“Somos uma região produtora de alimentos”

Como já foi dito, a diversidade marca a região sul do Rio Grande do Sul: são diferentes etnias em diferentes espaços – considerando-se os/as agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, pescadores/as artesanais e quilombolas.

“Esta pluralidade étnica, de conhecimentos e de habilidades, aliada à cultura histórica de produção de alimentos e o perfil agroecológico, nos confere uma qualidade única: a de sermos um ponto estratégico em termos de soberania e segurança alimentar, juntando a qualidade nutricional, devido à ênfase na produção de alimentos limpos”, disse a coordenadora do CAPA Pelotas, Rita Surita.

O chefe adjunto de Transferência de Tecnologia da Embrapa Clima Temperado, com sede em Pelotas (RS), João Carlos Costa Gomes, reafirma esta importância. Para ele, o tecido social diversificado fortalece a região e faz diferença em um mundo em crise.

Há alguns anos, pareceria que a zona do Euro teria atingido seu máximo, com o Estado provendo tudo o que a sociedade espera para um status de bem estar. “De repente, a crise coloca toda a economia em cheque, o conforto escapa pelos dedos, surge o desemprego”, avaliou Costa. “E vamos ver que na Europa, algumas coisas que historicamente se produziam acabaram migrando para serem produzidas em outro lugar. Assim, como criar empregos de uma hora para a outra se a base produtiva local está esfacelada?” Sem falar nos países totalmente dependentes da extração de recursos naturais, como a Noruega com o petróleo. “Todo alimento vem de fora, é importado”, lembrou Rita.

“Aqui na região temos esta força, que são as várias cadeias produtivas – é uma cesta de produtos, e não um produto só”, disse Costa. Isso é visível quando se visita uma feira de agroindústria ou uma feira de sementes. “Na própria Expointer (um dos mais importantes eventos agropecuários e de maquinário da América do Sul, realizado na cidade de Esteio, próximo a Porto Alegre/RS), que era uma expressão da agricultura tecnologicamente intensificada, o setor que mais cresce é o da agricultura familiar.”

Por meio da agricultura familiar, as pessoas estão produzindo coisas reais, como mel, salame, sucos, etc, que, trocadas por dinheiro, vão produzir outras coisas reais. “É muito diferente de uma economia financeira, onde só se produz algo volátil. O capital uma hora está aqui, uma hora está lá, e leva o lucro, não deixando produtos que as pessoas possam comprar e vender, gerando uma riqueza que circula no seu entorno, que gera outro tipo de riqueza mais adiante”, avaliou Costa. O programa de desenvolvimento territorial proposto pelo MDA veio fortalecer este perfil tão precioso da diversidade.

Os/as assentados/as da reforma agrária

A partir da década de 1980, por iniciativas dos governos do Estado do Rio Grande do Sul e do Governo Federal, foram implantados inúmeros assentamentos, principalmente nos municípios de Candiota, Hulha Negra, Herval, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Piratini e Canguçu. O Território Zona Sul do Rio Grande do Sul possui um dos maiores núcleos de assentamentos do estado, sendo 117 ao todo, com 3.969 famílias, o que corresponde a 40% do total do RS, concentrando-se nos municípios de Candiota e Hulha Negra. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) está presente na região, organizado em regionais (Canguçu, Piratini, Herval e Hulha Negra).

A maioria das famílias origina-se de outras partes do estado, como Alto Uruguai e Noroeste Colonial. O choque cultural e as grandes diferenças de solo, clima e atividades agropecuárias foram inevitáveis. Porém, aos poucos, as famílias assentadas estão se adaptando à nova realidade e vencendo dificuldades. Os assentamentos ainda se debatem na busca de uma matriz econômica que viabilize as famílias. Atividades como a produção leiteira e de sementes de hortaliças se destacam neste cenário.

A injeção de recursos governamentais movimentou a economia local e fez surgir novas lideranças, quebrando um padrão secular de relação social patrão/empregado da atividade pastoril. Formas de organização social, como associações e cooperativas, estão envolvendo populações historicamente marginalizadas, como os pecuaristas familiares. Os assentamentos significam antes de mais nada um novo protagonismo na região.



“E lá, era impossível se manter”

Nascido em Constantina (RS), Ivair de Souza mora com a família no assentamento Santa Elmira, em Piratini. Filho de agricultores, envolveu-se com a luta pela terra ainda jovem, em busca de sobrevivência e de justiça. “Tínhamos uma área de 3,5 hectares para duas famílias, onde era impossível se manter”, lembrou.

O assentamento Santa Elmira – um dos primeiros a trabalhar em uma perspectiva agroecológica no RS – traz na sua história marcas da repressão. A partir da ocupação da fazenda Santa Elmira, em 1989, foi conduzida ali uma ação policial violenta. Na sequência, como reparação, determinou-se a criação do assentamento.

A produção de leite é uma das atividades que se destacam na região. No Santa Elmira, por exemplo, das 32 famílias, que moram em lotes de 19,5 hectares, 23 produzem e comercializam leite, além de plantarem de forma diversificada para consumo próprio.

Casado com Marluí e com três filhos – Gilnéia (casada), Jaine e Cauê –, Ivair cumpre uma rotina de liderança do MST, viajando, articulando e participando de espaços representativos, como o Fórum da Agricultura Familiar e agora no Núcleo Dirigente do Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Ele também preside a Coopersul.

“Com a chegada do Território, foi possível concretizar uma série de questões pensadas no fórum, que sempre foi um espaço de debates”, disse Ivair. A articulação das ações de diferentes ministérios e os vários programas de desenvolvimento social são alguns dos pontos especialmente positivos do programa federal.

No entanto, os desafios ainda são muitos. “O governo ainda precisa dar maior importância à agricultura familiar. A diferença do apoio em relação à grande produção e à agricultura familiar é muito grande. Afinal, somos nós que produzimos comida. E isso precisa ser melhor considerado.”

Os/as pescadores/as artesanais

Em torno de 8 mil famílias se dedicam à pesca artesanal, concentradas nos municípios de Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande e Jaguarão.

Os/as pescadores/as conquistaram visibilidade, afirmando-se como categoria social importante na área do Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Organizados/as em Colônias de Pes-





cadores, vivem o drama da diminuição anual dos estoques pesqueiros, resultado do aumento do esforço de pesca associado a problemas ambientais, como drenagem de banhados e uso de agrotóxicos nas lavouras de arroz.

Os pescadores avançaram na última década em termos de organização social, reforçando seus sindicatos, criando associações e cooperativas. Diversas iniciativas surgiram para agregar valor ao pescado, resultado de políticas públicas, como fábricas de gelo e indústrias de processamento de pescado. Estas organizações fornecem pescado para programas governamentais, como o Fome Zero e a Merenda Escolar.

“O que nos faltava era conhecimento”

O nosso território foi o primeiro que entregou o projeto para o presidente Lula. Eu estava presente, assisti e tive um choque de emoção quando ele nos saudou, disse meu nome, os pescadores estavam na lagoa e ouviram pelo rádio o presidente Lula dizer: pescadora Cinelande Borges Caminha.“

O momento citado por Cinelande – ou Cilanda, pescadora artesanal e liderança de São José do Norte – eleita vereadora em 2011 – aconteceu no dia 4 de abril de 2008, na cidade de Rio Grande, durante a cerimônia de entrega do Plano de Ações Integradas do Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul para o presidente Luiz Inácio da Silva.

Casada, com dois filhos – Anderson, que seguiu a profissão dos pais, e Robson – Cilanda iniciou na pesca muito jovem. Já morando em São José do Norte, começou a participar de reuniões, encontros, movimentos sociais, assumindo um papel decisivo na defesa e na reivindicação de melhorias para a vida dos pescadores artesanais.

No período de 1999 a 2002, durante o Governo Olívio Dutra, a pesca artesanal ganhou espaço e políticas públicas e, âmbito estadual, através da criação do Programa RS Rural Pesca, e federal, com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap – elevada à condição de ministério em 2009).

Em 2004, os/as pescadores/as foram convidados/as pelo CAPA para integrar o Fórum da Agricultura Familiar – Cilanda assumiu a representação. “Participar significou adquirir conhecimento. O que nos faltava era conhecimento, e ali ficamos sabendo dos caminhos para fazer projetos, encaminhar projetos, conquistar coisas”, afirmou.

“O fórum representou a primeira – e até aquele momento a única – oportunidade de nós sermos nós. Não podíamos fazer projetos, não podíamos sonhar em ter um plano para dentro do Centro Comunitário da Várzea (Cecov) para benefício dos pescadores, porque não éramos reconhecidos”, contou. Ela cita a construção de um atracador, que resultou na diminuição do roubo dos botes, e a conquista da licença ambiental de pesca na Fepam.

“Falar do fórum é falar da minha casa, da minha família, por que a gente tá tão dentro e fazemos diferença. O fórum não é de uma pessoa, é de nós todos e de todas, ali tu reivindica, pede, tem vez e voz de falar. Acho tão bonito quando a sala fica apertada de gente, todo mundo corre para a Embrapa, o carinho que eles têm e a disposição de oferecer o espaço e de pegar junto na hora de buscar os nossos direitos.”

Cilanda lembra que através do fórum e do território, pela primeira vez um ministro da Pesca visitou a comunidade. “Desceu de helicóptero, foi uma alegria, aquele povo todo corria, também na inauguração da fábrica de gelo, eles também foram, onde o CAPA estava presente, sempre colaborando com a gente.”

Com a criação do território e a participação dos agricultores, pescadores, assentados e quilombolas, as oportunidades aumentaram. Mais pessoas conseguiram documentos – carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, número de identificação do trabalhador, Luz para Todos, os livros da Arca das Letras, açudes, poços artesianos, além de acesso ao programa Moradia Rural. “Na Várzea já tínhamos cinco casas, agora estão saindo mais 28 para os agricultores em São José do Norte, nas comunidades de Bojuru, Barranco, São Caetano e Turbim, e temos outros processos para serem liberados pela Caixa: a expectativa é que mais de 120 famílias tenham direito a terrenos e casas.”

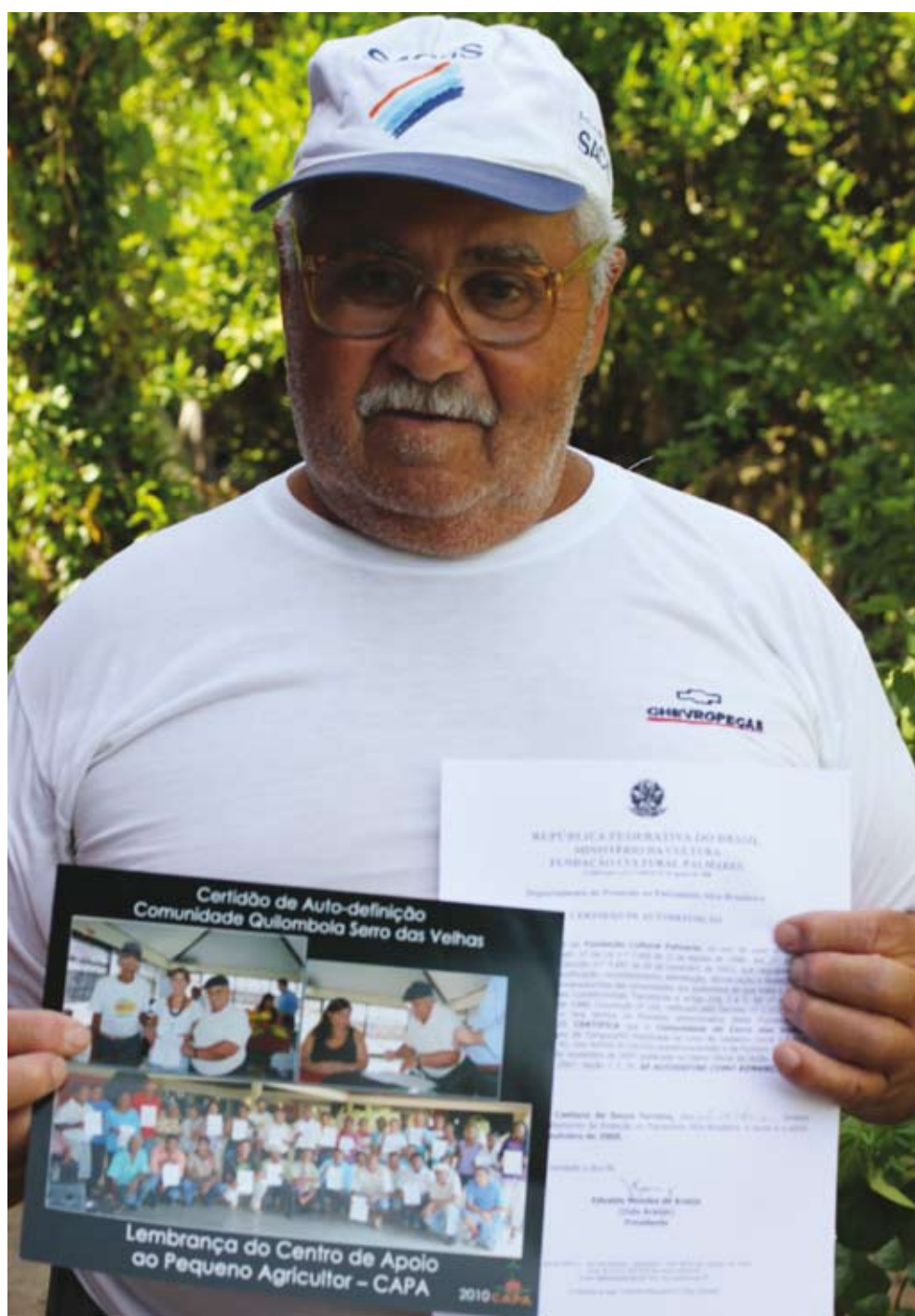
As comunidades quilombolas

Em nenhum outro país do Novo Mundo a escravidão teve vida tão longa como no Brasil, que se caracterizou por ser o último país a aboli-la. Neste contexto escravista, o Rio Grande do sul ocupa um triste lugar de destaque a partir de 1700, quando se tem notícia da entrada dos primeiros escravos negros no estado, principalmente na metade sul, que teve sua trajetória marcada pelo auge econômico na época das charqueadas.

Até o início deste século, os quilombolas, população descendente dos antepassados fugidos da escravidão, constituíam população numerosa e desassistida, invisível para sociedade e aos governos. Viviam nas mesmas casas de barro como em 1848, em lugares de difícil acesso, na maioria analfabetos, sem luz, água, extremamente pobres, isolados e sofrendo forte discriminação.

A partir do resgate da sua memória histórica e da ocupação de espaços políticos e sociais, os quilombolas da região sul do Rio Grande do Sul vem percebendo a importância do seu papel como atores na sociedade.

Nesse espaço de tempo foram sendo cons-



truídas parcerias para viabilizar o maior objetivo - o digno viver dessas pessoas e comunidades. Um dos problemas enfrentados ainda hoje são as grandes distâncias das comunidades entre si e dos centros urbanos, o que dificulta o acesso e a comunicação.

Com o trabalho desenvolvido pelo CAPA, iniciado em 2000, as comunidades passaram a ser reconhecidas e respeitadas por sua diversidade, resgatando os valores de convivência na comunidade do entorno. A metodologia de intervenção utilizada tem por base a participação e valorização dos conhecimentos e o protagonismo das pessoas e comunidades e a organização e representação política e social se dão pelos próprios beneficiários, com caráter permanente e sustentável às ações realizadas e aos resultados obtidos.

Em 2008, o CAPA foi indicado pelos quilombolas para realizar um levantamento e apoiar o reconhecimento formal das comunidades junto ao programa Territórios da Cidadania. Como resultado foram identificadas 43 comunidades localizadas em 17 dos 25 municípios da região sul do Rio Grande do Sul, envolvendo cerca de 5 mil famílias. Também foi elaborado o Mapa Temático das Comunidades Quilombolas do Território Zonal Sul do Rio Grande do Sul.

Para as comunidades, que se formaram em parte pelas fugas dos negros escravizados das charqueadas, o reconhecimento público foi o primeiro passo para acesso as políticas sociais, inclusão social e redução da pobreza.

“As comunidades estão iluminadas”

“O Território da Cidadania foi uma das ferramentas que aumentaram a visibilidade das comunidades quilombolas, pois o espaço e a representação fez com que a gente pudesse ter o direito à vez, à voz e a voto nas discussões de projetos e políticas públicas”, destacou Jerri Eliano Quevedo, do Quilombo Monjolo, de São Lourenço do Sul.

Antes do surgimento do programa Territórios da Cidadania, as comunidades já estavam integradas ao Fórum da Agricultura Familiar. “Fomos convidados pelo CAPA, quando as comunidades estavam totalmente esquecidas e não tinham conhecimento de política nenhuma. Foi aí que as comunidades começaram a conhecer as políticas na área social e as políticas na área rural. A gente começou no fórum e depois fomos convidados pelo CAPA – que subsidia nossas passagens e nossa alimentação, senão não teria como participar – e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para participar no Território da Zona Sul.”

Nilo Dias, liderança do Quilombo do Algodão, Pelotas, conta da surpresa que tiveram. “Quando fomos convidados, pensamos que era para uma reunião – não tínhamos ideia de quanto isso ia refletir nas comunidades e nas famílias. Nunca imaginamos conquistar tanta coisa.”



Estar na coordenação do fórum, que antes era só de agricultores, assentados e pescadores, significa muito. “Quando não tens um espaço tu não existes. A gente, agora, é existente”, afirmou Jerri. “A gente participa das discussões, pode mostrar os projetos. A cada representação que se faz, é um sentimento de estar engajado na luta das comunidades. E o bom é que os agricultores, assentados, pescadores, quilombolas, todos estão ali porque precisam das mesmas coisas, de melhorias, de trabalho”.

Essa percepção de equidade fortaleceu a participação. “No Território, estamos sentados de igual para igual, homens e mulheres. Tem o chefe da Embrapa e tem a pescadora, e os dois são ouvidos. Outra questão é que a nossa cor, dentro de uma discussão, já não é entrave. Mesmo que algumas pessoas ainda nos olhem meio de lado, nós temos ‘topete’ – estamos ali para defender nossos direitos –.”

A participação abriu enormes portas, mas a organização dos quilombolas é que está determinando o sucesso dos apoios. “Estamos conseguindo juntar as comunidades, até as mais afastadas estão se aproximando. Muitas nem sabiam umas das outras, acabaram se conhecendo pela representação na Setorial Quilombola”, disse Jerri.

Uma das primeiras demonstrações desta força foi no processo de reconhecimento público das comunidades junto à Fundação Palmares e ao INCRA, a única forma de garantir o acesso a políticas públicas. Em uma reunião da Setorial, em março de 2008, os quilombolas demandaram que o acompanhamento técnico para o encaminhamento do processo fosse feito pelo CAPA, devido ao histórico da parceria com a organização. O resultado foi a identificação de 43 comunidades e o reconhecimento público de 36 destas.

“Todo este processo fez com que se rompessem os lacres do que estava travado. Fez com que aumentasse a autoestima, que era baixa porque não se conseguia acessar nada, por que não se tinha um documento que comprovasse quem a gente era”, lembrou Nilo.

“Antes, nas prefeituras, por exemplo, era portas fechadas. Mas o Território e nós organizados/as fez com que hoje, a qualquer momento que precisamos sentar com o prefeito, vice-prefeito ou outra pessoa, a gente agenda e é recebido. Na primeira vez, estávamos tensos para ver como seria – foi em 2010. A recepção foi muito boa, fomos ouvidos”, lembrou Jerri.

“Acima de tudo, o que queríamos era ser ouvidos. Naquela reunião, botamos em pratos limpos o que precisávamos, que era a contrapartida na construção do centro comunitário. Da primeira vez, não conseguimos, mas voltamos e conseguimos. Assim, hoje, a prefeitura de São Lourenço é parceira e atende na medida do possível. A gente não espera mais. Agora, temos coragem de cobrar nossos direitos”.

Nilo reforça: “Perdemos a vergonha e o medo de falar em reuniões, em eventos e queremos ter uma participação ativa nos diversos conselhos municipais. Eu mesmo participei do Conselho de Saúde do município de Pelotas e assim conseguimos apressar a reabertura do posto de saúde, que estava fechado há anos.”

Os avanços são muitos. “Aconteceram coisas importantes, como o Mutirão da Documentação, em 2009”, disse Nilo. A maioria das pessoas nas comunidades não tinha um documento sequer. “Éramos vistos como indigentes, como gente sem valor.” Com o mutirão, mais de 300 famílias receberam carteira de identidade, entre outros. De acordo com Nilo, cerca de 70% da população quilombola está documentada.

Até aquele momento, somente cinco famílias recebiam Bolsa Família; depois do Mutirão da Documentação, mais de 60 famílias recebem o benefício. “Foi uma mudança significativa: antes se trabalhava como diarista nas lavouras de fumo e só tinha serviço no verão. No inverno, as pessoas passavam fome e necessidade, pois não existia emprego. Agora, a Bolsa Família serve para alimentação no inverno, e no verão é para complementar a renda”. E as famílias conseguem manter as crianças na escola. “Dá para dizer que 100% das crianças quilombolas estão na escola”, contou Nilo.

Outro ganho foi o Luz para Todos. “Desde 2009, as comunidades quilombolas estão iluminadas”, disse Jerri. E a chegada das casas. “Onde vivo, o Quilombo do Algodão, tinha muita deficiência em habitação”, relatou Nilo. As pessoas estavam morando em situação bem precária, agora estão construindo casas que, para mim, é a segunda coisa mais importante de se ter. Primeiro, os documentos, depois, uma casa. Não adianta ter saúde, sem ter onde morar.”

Além disso, “temos agora direito ao talão para o produtor quilombola”, lembrou Jerri. “O talão vai ter um uso muito importante, vai fazer com que se tenha o direito, por exemplo, no caso de sofrer algum acidente de receber uma pensão, e direito à aposentadoria - muitos idosos não têm aposentadoria, pois trabalhavam como diaristas, sem carteira assinada, sem direito a nada -. Vai ser possível vender para o comércio, para a Merenda Escolar, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), aumentando a renda e tendo uma vida mais digna.”

A conquista mais recente é a construção de centros comunitários. Os quilombolas contam que o centro está sendo um sonho realizado. “Não foi um pedido de ontem, é de muitos anos. Estão sendo concluídos e atraindo pessoas de fora das comunidades e muitos jovens. Este centro vai ser o futuro da juventude”, afirmou Jerri.

“São muitos projetos, muitos avanços, o que fez com que a gente pudesse se sentir uma comunidade feliz. Conseguimos um projeto da música, e vieram os instrumentos musicais que vão ser usados para que os jovens se interessem pela aprendizagem musical – eles e elas têm uma capacidade muito grande de aprender e de entender. São cabeças que estão sendo formadas. A música vai fazer com que esse jovem consiga ter uma vida mais alegre, mais animada, e com entendimento mesmo das políticas e de outras questões”.

As comunidades recém estão começando, é tudo muito novo, participar de um espaço como este, estamos em fase de aprendizagem”, comemorou Nilo. “Muita coisa boa já aconteceu, mas tem muita coisa boa para ser conquistada”.

Associativismo e cooperativismo como forma de inclusão

Apenas a partir das últimas décadas, o cooperativismo começou a ser visto como uma estratégia de organização social para a melhoria econômica da população rural na área do Território Zona Sul. Os comerciantes e intermediários, vinculados à elite dominante urbana, inibiram qualquer possibilidade de organização que pudesse contrariar seus interesses.

Este quadro se alterou significativamente com o processo de redemocratização no país, a partir da década de 80. Estimulados por setores progressistas das igrejas e por organizações da sociedade civil, como o CAPA, começaram a surgir as primeiras associações comunitá-



rias na área rural, com destaque para o município de Canguçu – em menos de 10 anos se formaram em torno de 70 associações de moradores. E em 1988, foi criada a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC), entidade que desempenha um papel fundamental, especialmente na conservação de sementes crioulas.

Aos poucos, órgãos governamentais também passaram a animar os processos associativos, possibilitando o surgimento de novas lideranças no meio rural. Em todos os municípios se constituíram associações no meio rural; algumas evoluíram para a formalidade, outras ficaram no plano informal.

A Constituição de 1988 retirou a tutela do Estado brasileiro e deu liberdade de organização associativa e cooperativa, dentro de um marco legal. O cooperativismo de crédito ressurgiu e novas cooperativas foram constituídas. Em 1992, fruto do trabalho do CAPA em São Lourenço do Sul, surgiu a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (Coopar). Localizada na Boa Vista, interior do município, conta com mais de 2.930 associados e oportuniza 100 empregos diretos a jovens, filhos de associados, dinamizando a economia local e criando um espaço urbano no meio rural. Beneficia e comercializa produtos como feijão e leite em pó, com a marca Pomerano.

Animadas pelo exemplo da Coopar e com apoio do CAPA, foi criada a Cooperativa dos Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul (Coopal), de Canguçu, cuja presença garante a 650 famílias a continuidade na atividade leiteira. Possui uma agroindústria de laticínios, embalando leite tipo C e bebida láctea, marca Delisul.

Em 1994, foi fundada a Associação Regional dos Produtores Agroecologistas (Arpa-Sul), para congregar famílias dedicadas à produção agroecológica, buscando espaços de comercialização direta. A feira ecológica em Pelotas funciona há mais de 15 anos e em 2012 iniciou também no município de Canguçu.

A Cooperativa Teia Ecológica mantém um restaurante vegetariano em Pelotas há 12 anos, fornecendo em média mais de 200 refeições por dia, absorvendo parte da produção ecológica da região.

Em 2002, foi criada pelo CAPA a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda., com sede em Pelotas e atuação regional, envolvendo 150 famílias. Tem maior ênfase na comercialização com os mercados institucionais, como alimento escolar e Programa de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea, nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu.

Os assentamentos da reforma agrária criaram suas próprias cooperativas. A primeira foi a Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre (Coopava), em Piratini, no ano de

1995, onde inicialmente 50 famílias produziam de forma coletiva, o que viabilizou o pomar de pêssego já implantado e em plena produção. Nos assentamentos na região da campanha, Hulha Negra e Candiota, foram constituídas outras entidades, como a Cooperal, a Cooptil e a Coonaterra, com implantação de um frigorífico, supermercado e produção de sementes ecológicas de hortaliças, marca Bionatur.

Outras cooperativas regionais foram criadas em Piratini e Canguçu, que se dedicam na coleta de leite a granel, repassado à Cooperativa Sul Rio Grandense de Laticínios (Cosulati), única indústria de laticínios no território com capacidade de produzir leite em pó.

Programas governamentais, como o RS Rural Pesca, apoio de prefeituras e a criação da Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura, transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura, estimularam a organização econômica dos pescadores artesanais, garantindo aporte de recursos sem retorno para aquisição de caminhões, fábricas de gelo e entreposto de pescado.

Com apoio do CAPA, foi criada em Pelotas a Cooperativa dos Pescadores Artesanais Lagoa Viva e em São Lourenço do Sul a Cooperativa dos Pescadores Artesanais Pérola da Lagoa (Coopesca). Em Arroio Grande, localidade de Santa Isabel, a Coopesi possui igual estrutura. Em outros municípios são as associações que fazem este papel. Em Santa Vitória do Palmar foram implantadas 2 estruturas, sendo uma na localidade de Curral Alto, gerenciada pela Associação dos Pescadores da Vila Anselmi (APEVA) e outra na sede, para a Associação dos Pescadores do Porto e a Associação dos Pescadores do Hermenegildo. Em Rio Grande temos a Associação dos pescadores da Vila São Miguel e em São José do Norte a Associação Centro Comunitário da Várzea.

Em menos de uma década, a pesca artesanal cresceu em termos de organização econômica, porém problemas de gestão e carência de pescado são fatores de desestímulo que ameaçam a viabilidade de algumas iniciativas.

“Foi um salto de muita coragem”

A produção familiar agrícola é marca registrada na zona Sul do Rio Grande do Sul: atualmente, existem 32 mil propriedades familiares com alto potencial produtivo. Uma das grandes dificuldades, no entanto, sempre esteve na comercialização.

Para atender esta lacuna, foi criada, em 1992, com o apoio do CAPA, a Cooperativa



Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (Coopar), no município de São Lourenço do Sul. A Coopar veio atender tanto agricultores familiares que já produziam em um modelo ecológico quanto os que ainda estavam em período de transição. “Foi um salto muito grande, de muita coragem”, lembrou o presidente da entidade, Udo Tessmer. “Hoje, os produtores dizem: se não fosse a tal de Coopar, eu nem estaria mais no interior, já tinha ido para a cidade.”

As vantagens são muitas: o fornecimento de nota fiscal – que garante a aposentadoria –, a oferta de insumos e a maior segurança na comercialização. “Anos atrás, não tínhamos onde vender o grão de milho, por exemplo. Se não se guardava em casa e cuidava do expurgo, perdia a qualidade do produto. Hoje, o agricultor diz na hora de comprar a semente – vou plantar e vou plantar em grande quantidade, por que sei que a cooperativa tem tudo que preciso para a minha lavoura, sei que vai receber minha produção, a produção é do agricultor, tem até aquele programa de retorno, o agricultor deposita o seu milho, desconta a quebra técnica e recebe o seu produto na propriedade durante o verão”.

O território permitiu ampliar a atuação, com recursos para a implantação de um posto de resfriamento para o leite, que deu suporte para criação de uma indústria de laticínios. “A gente sentava, debatia, mas daí, fazer uma indústria, como?”, contou Udo. A marca Pomerano já existia, vinculada basicamente à produção de feijão. “Fomos atrás de financiamento e com muito trabalho inauguramos em 2011, sempre com o apoio do CAPA, a indústria. Foi outro salto grande, sair da produção de grãos, que naquele momento estava

fraco, para entrar no ciclo do leite.”

A indústria também surgiu como uma alternativa para a produção de tabaco, que está crescendo. “No fumo, a renda até é boa, mas o produtor é um escravo. Planta não por sua vontade, mas por obrigação. Agora estamos fazendo de tudo para ver se a produção de leite e de grãos cresce, para termos um pouco de lazer, pra viver”, afirmou Udo. Ele conta que algumas pessoas argumentam – “é, presidente, mas o leite é todos os dias, e eu respondo – mas não o dia inteiro – tu faz a ordenha tal hora, bota o gado na pastagem, tem a tua horinha pra tomar o chimarrão ao meio-dia, pra olhar a novela das oito, pois as vaquinhas já estão arrumadas. Esta é a grande vantagem.”

A linha de produtos começou com os queijos tradicionais, prato e mussarela e mais tarde o gouda, o colonial e o dambo. Inclui ainda creme de leite, ricota, doce de leite e o leite C para o Fome Zero em São Lourenço do Sul (RS). Hoje, oito caminhões, em 10 rotas, recolhem mais de 90 mil litros de leite por dia – produção recorde das 525 famílias associadas.

Uma parte do leite, 25 mil litros, é utilizada pela indústria, e o restante é comercializado. “Dois anos depois, cresceu tanto que é preciso ter mais equipamentos e mais espaço, para dar conta da produção e para estocar. Estamos fazendo um projeto para 100 mil litros por dia, com equipamentos específicos para produção de queijo”, disse Udo.

A Coopar está olhando para o futuro. “Eu penso que se os agricultores não trabalharem em grupos, numa cooperativa, vai ser muito difícil sua sobrevivência. Começa com os nossos jovens, a maioria se forma e não quer mais ficar aqui. Então, temos que modernizar, trabalhar em alta produção para termos sobrevivência na colônia, e isso nós estamos fazendo.”

No dia 13 de dezembro de 2011, um reconhecimento especial: a Coopar foi citada como exemplo de gestão no lançamento do PAC 2 Rede Brasil Rural, em Porto Alegre (RS), pela presidenta Dilma. Udo estava lá: “tive o prazer de estar com a presidenta, de receber um cartão do BNDES das mãos dela e ganhar um abraço. Ela se emocionou quando eu disse – tu estás ao lado de um agricultor – e ela me entrevistou, perguntou como a cooperativa é administrada, se vem gente da cidade ou agricultor – e eu respondi – toda a direção é de agricultores, eu, como presidente, sou agricultor, o gerente comercial é agricultor. Muitas pessoas se admiram como é que um agricultor pode administrar uma empresa, e pode sim: um pouquinho de sinceridade e um pouquinho de trabalho e de esforço. É isso. Com dedicação e fé é que a gente cresce.”

Organização social e o protagonismo da agricultura familiar

Junto aos agricultores familiares estão presentes três organizações sociais: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do RS (Fetag/Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf/Sul) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A Fetag está presente nos municípios através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), criados na década de 60. Tem em sua base no Território mais de 20 mil famílias associadas, com destaque para o STR Canguçu, com mais de 10 mil associados. Os sindicatos atuam no sentido de orientar os agricultores no encaminhamento de aposentadoria, crédito fundiário, programas de habitação, etc. Organizam mobilizações e levam as reivindicações aos governos.

Nos últimos anos, a Fetraf-Sul está se organizando na região, ao criar inicialmente a Associação Regional dos Agricultores Familiares (Assaf) e posteriormente o Sindicato Regional dos Agricultores Familiares. Sua atuação está concentrada nos municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas, Cristal e Canguçu. Tem em sua base em torno de 3 mil famílias e vem atuando nas mobilizações por políticas agrícolas para a agricultura familiar, como habitação rural, preços dos produtos, crédito rural, assistência técnica e extensão rural.

Com a juventude rural, desenvolve trabalhos de formação nas áreas do associativismo, cooperativismo e modelo tecnológico para a agricultura familiar.

O Movimento dos Pequenos Agricultores também está presente na região, com sede no município de Canguçu. Tem atuação regional, com destaque para mobilizações por crédito subsidiado para os agricultores, habitação rural, melhores preços para os produtos e alter-

nativas produtivas. Somam em sua base em torno de 3 mil famílias.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é outra presença forte na região, nos mais de 100 assentamentos, somando em torno de 4 mil famílias. Organizado em regionais (Canguçu, Piratini, Herval e Hulha Negra), organiza famílias para conquistar um pedaço de terra e estimula a organização dos assentados em cooperativas. Zela por assistência técnica específica para os assentados e por escolas para seus filhos.

Os pescadores artesanais estão organizados em colônias, em alguns casos denominados de Sindicatos de Pescadores, somando em torno de 6 mil famílias. As colônias/sindicatos encaminham a documentação dos pescadores, licenças de pesca, o seguro defeso. Existe forte noção de pertencimento dos pescadores em relação a sua organização, onde buscam solução para seus problemas. Recentemente vem sendo estruturado o Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais na região.

As comunidades quilombolas apenas recentemente vêm buscando formas de organização própria. Algumas associações comunitárias foram constituídas e em 2008 criou-se o Fórum Setorial das Comunidades Quilombolas para representação junto ao Território da Cidadania.

Cooperativas de crédito

Três sistemas de cooperativas de crédito têm atuação na área do Território: Sicredi Zona Sul, Cresol e Crehnor. Juntas, estas três cooperativas atendem 46 mil associados, cerca da metade constituída de agricultores familiares.

Os sistemas de crédito cooperativo desempenham importante papel na oferta de recursos para os agricultores, como Pronaf custeio e investimento, microcrédito (BNDES), poupança e casa própria.

“Ainda é preciso desvendar o papel das mulheres”

Helga Heck é a representante da Setorial das Mulheres no Território da Cidadania, uma área fundamental na política de desenvolvimento territorial. A sua participação em termos

de movimentos sociais vem desde o início dos anos 80, com o surgimento do movimento das mulheres trabalhadoras rurais e sua luta por aposentadoria.

“Foi neste momento que se começou a buscar o reconhecimento da agricultura familiar como um ator social”, lembrou Helga. O médio e o grande recebiam recursos, enquanto o agricultor familiar era visto como aquele que “não” tinha condições e nem tecnologia para produzir. As políticas atendiam os três níveis de forma diferenciada: beneficiavam diretamente os médios e grandes produtores e apoiavam a discussão dos agricultores familiares como atores, a partir do pensamento de que eram “os pobres e os atrasados”. “Estávamos sempre na sombra dos outros.”

Os movimentos na região passaram a exigir o reconhecimento da agricultura familiar, olhando mais além do que o simples repasse de recursos financeiros para as propriedades e considerando a construção da cidadania. “A partir daí se começou a ter representação política, abrindo possibilidades da construção de políticas públicas específicas”, contou Helga.

A presença da agricultura familiar sempre foi expressiva na região, resultado da forma de ocupação do solo e dos objetivos estratégicos da Coroa Portuguesa: famílias açorianas, em uma



primeira fase, e posteriormente imigrantes alemães, italianos e franceses receberam pequenas frações de terras para ocupar o território e diversificar a produção, principalmente com gêneros alimentícios. Em 1879, a Colônia de São Lourenço do Sul já contava com mais de 850 famílias e cerca de 6 mil pessoas. São Lourenço e outros municípios, como Morro Redondo, Turuçu e Arroio do Padre e as localidades de Santa Silvana, Cerrito Alegre, Recanto dos Coswig e Triunfo (Pelotas), Herval, Iguatemi e Nova Gonçalves (Canguçu) conservam até hoje a cultura germânica e têm na agricultura familiar e na produção de alimentos um destaque.

“Nos anos 90, a região sul começou a receber uma série de assentamentos, o que repercutiu em outras instâncias e em outras entidades, como a Embrapa, que ainda trabalhava naquele modelo de produção agrícola, do grande, médio e pequeno”, disse Helga.

Na época, se fez um levantamento de projetos de pesquisa sobre e para agricultura familiar. Eram pouquíssimos, e os que existiam não chegavam na ponta. A partir de muita discussão e em meio a um clima tenso, se fez uma aliança com a Embrapa, o CAPA e a Pastoral Rural. Um dos principais itens negociados é que a Embrapa ampliasse seu trabalho voltado para a agricultura familiar, incluindo pesquisas sobre agroecologia.

“Nosso argumento foi de que as pesquisas também deveriam atender esta população – um programa que juntasse agricultura familiar e ecologia, pela própria segurança alimentar, que não tinha nenhum apoio governamental.”

As discussões resultaram na criação do Fórum da Agricultura Familiar forte e extremamente ágil. “Com este espaço, avançamos muito, e a chegada do Território Sul deu força política, não partidária, de um outro olhar para a região, tirando os véus e as sombras de públicos marginalizados, como os pescadores e os quilombolas”, avaliou Helga.

Agora, o desafio é desvendar o papel das mulheres – que estão cada vez mais assumindo um papel de lideranças externas na agricultura familiar. “Em casa já somos lideranças, uma vez que nós é que decidimos sobre a alimentação da família, incidindo em temas como soberania e segurança alimentar.” Agora, é assumir a atuação em espaços públicos.

Chama atenção quem senta à mesa nas reuniões: organizações com interesses diversos, junto com representantes dos agricultores familiares, dos assentamentos, das comunidades quilombolas e das colônias de pescadores. Os esforços se somam em torno do desenvolvimento da região. O fórum é um espaço aberto, dinâmico e democrático. Como não se baseia apenas em documentos, mas fundamentalmente na participação social, ele é flexível e acolhedor.

Muitas das ações que acontecem até hoje são resultado deste espaço. Ali se construiu uma base sólida de redes de referência e uma pesquisa participativa, com um grande dinamismo e uma articulação vigorosa e atuante das organizações integrantes.

